

GRANATO, Leonardo
**O Estado latino-americano:
 teoria e história**
 Editora: Expressão Popular
 Formato: 14 x 21 cm
 1ª edição, 2021
 136 páginas



Estado capitalista e América Latina

Capitalist State and Latin America

MOISÉS JOÃO RECH*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.014>

A partir da metade do século XX, a teoria social latino-americana tem buscado identificar no Estado um agente modernizador capaz de conduzir as economias periféricas para além da condição da dependência. Nesse período, a agenda de pesquisas se volta para os padrões de intervenção do Estado na modernização capitalista, em vista do “atraso” em que se encontravam as economias nacionais. O embate entre os diferentes modelos de intervenção — ortodoxos liberais, heterodoxos keynesianos ou estruturalistas e marxistas — se desenvolveu sob a disputa pelo papel do Estado nesse processo, em especial a respeito da eficácia da intervenção estatal para a aceleração do crescimento econômico; mas, apesar disso, o saldo do debate pouco contribuiu para uma análise crítica do Estado na periferia do capitalismo, que permaneceu concebido como uma entidade neutra e a-histórica.

É possível afirmar que o Estado na América Latina se constitui de uma estrutura heterônoma, que o impede de determinar seu próprio destino de forma autônoma

As diversas abordagens teóricas do período reforçam essa visão de um Estado desconectado de qualquer elemento de classe, caso da matriz weberiana e sua versão da teoria da modernização, centrada na aplicação descontextualizada das estratégias europeias e estadunidenses; foi o caso também da matriz estruturalista, centrada nas categorias “centro-periferia” e “intercâmbio desigual”, que, embora estivesse voltada para a situação específica da América Latina, não avançou numa teorização do Estado que levasse em consideração suas especificidades históricas e de classes; por fim, a abordagem marxista, oriunda de círculos intelectuais dissidentes das propostas cepalinas, propunha uma revolução democrático-burguesa (PCB) ou revolução socialista (teoria da dependência), mas, ambas as abordagens eram desprovidas de uma análise sofisticada do Estado e das particularidades nacionais. Ao fim e ao cabo, a totalidade das abordagens teóricas comunga de estratégias de desenvolvimento que creem em um Estado racional, homogêneo e a-histórico, isento de divisões ou conflitos internos e capaz de conduzir o desenvolvimento econômico, a depender apenas dos mecanismos e instrumentos utilizados para tal finalidade. Mesmo após o período de redemocratização, o debate transitou da teoria do desenvolvimentismo para a do neoliberalismo, e o Estado deixou, definitivamente, de ser objeto de qualquer reflexão por parte da teoria social.

Nesse contexto, a pouca literatura marxista acerca do Estado latino-americano foi solenemente desconsiderada. Desenvolvidas durante as décadas de 70 e 80 do século passado, as contribuições de Zavaleta, Lechner, Cueva, Evers, Kaplan, entre outros, ficaram restritas a círculos muito especializados ou foram praticamente esquecidas pela teoria social e, em especial, pela ciência política — que estava preocupada com estudos sobre democracia, instituições políticas e cultura política, os quais eram desprovidos de qualquer determinação de classe. Assim, a obra de Leonardo Granato *O Estado latino-americano: teoria e história* busca suprir essa lacuna nas pesquisas em ciência política: o Estado capitalista na América Latina.

A obra conta com três capítulos, e busca resgatar o debate realizado entre intelectuais marxistas a respeito das especificidades do Estado latino-americano. O primeiro capítulo, “O Estado moderno: percurso histórico”, faz uma reconstrução das principais matrizes de análise do Estado moderno, de Hegel a Weber, passando por Marx, Gramsci, Althusser e Poulantzas — sem, contudo, apresentar as contribuições da escola derivacionista alemã. Nesse itinerário, apresenta as diferenças que separam os teóricos liberais do contratualismo da

posição aristotélica defendida por Hegel, para em seguida apresentar a visão do jovem Marx e de seus textos da maturidade.

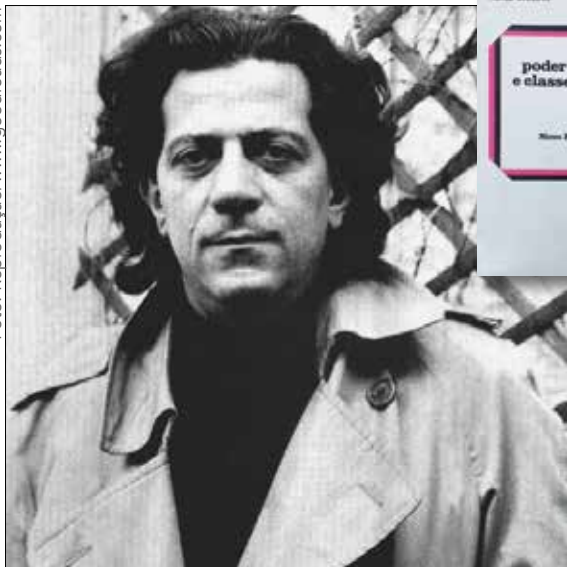
Um dos pontos centrais destacados por Granato consiste na crítica das visões idealistas do Estado, as quais buscavam projetar uma entidade racional e essencialmente voltada ao bem comum, acima da sociedade civil e sem qualquer elemento de classe. Hegel foi o responsável direto pela divisão entre sociedade civil e Estado: a primeira, caracterizada pelos interesses individuais e egoísticos; o segundo, marcado pela classe universal: a burocracia. Essa divisão será objeto de crítica por parte do jovem Marx, que, embora se utilizasse de categorias como a de alienação para retratar essa cisão fundamental do homem moderno, buscou, em seus textos da maturidade, realizar uma crítica do Estado a partir de categorias como as de modo de produção, luta de classes e trabalho abstrato, conectando a análise da crítica da economia política às formas políticas da sociedade burguesa. Em outras palavras, Marx chama a atenção para o caráter de classe do Estado capitalista, na qualidade de comitê dos interesses da burguesia (*Manifesto comunista*) e, posteriormente, para sua autonomia relativa (*O 18 de brumário*).

Apesar dos escritos de Marx a respeito da conjuntura política de seu tempo, pouco há de sistemático sobre o Estado. Coube a Lênin desenvolver, sob suas condições históricas, uma estratégia de análise e de luta contra o Estado czarista. Em *Estado e a revolução*, Lênin postulou a destruição do Estado capitalista mediante a revolução violenta, coordenada pelo proletariado; para Gramsci, contudo, essa estratégia deveria ser modificada devido às características do Estado integral do Ocidente, ou seja, não mais guerra de movimento — ataque frontal —, mas guerra de posição — construção da contra-hegemonia. Essa arquitetura do Estado integral para Gramsci será posteriormente absorvida por Louis Althusser, ao tratar dos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado no contexto da reprodução das relações de produção. Porém, foi apenas com um dos alunos de Althusser, Nicos Poulantzas, que a teoria política marxista atingiu um desenvolvimento significativo — não por outro motivo, Granato dedica maior espaço para tratar das páginas de *Poder político e classes sociais*.

Para Poulantzas, o Estado capitalista tem como função a manutenção da unidade da formação social, ou seja, atua como fator de coesão das classes dominantes, ao mesmo tempo que assegura a reprodução das relações de produção. A esse respeito, Granato destaca a diferença entre a concepção de Estado como estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista e a de aparelho em uma formação social determinada, cujos objetivos são a desorganização política das classes dominadas e a organização política da classe dominante. Para isso, o Estado capitalista lança mão do que Poulantzas chamou de efeito de isolamento e efeito de representação da unidade, ou seja, a constituição do trabalhador assalariado na condição de sujeito de direito e cidadão. Por outro lado, o Estado capitalista se caracteriza por sua autonomia relativa, que, segundo Granato, remete a dois níveis de análise: o primeiro vincula-se à situação particular da França analisada em *O 18 de brumário*, cuja característica era a incapacidade de qualquer das classes apresentar-se como hegemônica e detentora do poder de Estado; o segundo nível, por outro lado, remete a uma característica em geral do Estado capitalista de autonomizar-se das classes dominantes, em vista de elas não governarem diretamente, mas por meio dos corpos legislativo-burocráticos.

O segundo capítulo, “O Estado latino-americano: debate teórico”, resgata as contribuições de intelectuais marxistas a respeito das condições constitutivas do Estado na América Latina, cujas análises buscaram se opor à visão liberal em voga e igualmente às visões

Foto: Reprodução/www.goodreads.com



Foi com Nicos Poulantzas, filósofo e sociólogo grego e aluno de Althusser, que a teoria política marxista atingiu um desenvolvimento significativo — não por outro motivo, Granato dedica maior espaço para tratar das páginas de *Poder político e classes sociais*.

marxistas instrumentalistas do Estado. Em linhas gerais, o debate a respeito do Estado latino-americano inicia-se com as contribuições liberal-constitucionais no campo da filosofia do direito e do direito constitucional; no campo marxista ortodoxo, as contribuições adotaram uma perspectiva instrumental e reducionista, por meio da qual o Estado é tratado como um aparelho a serviço dos interesses das oligarquias dominantes. A concepção instrumental do Estado capitalista permanece, no campo marxista, até a década de 1960, no contexto do desenvolvimentismo e do surgimento da teoria da dependência, cuja referência maior nos estudos sobre o Estado eram os textos de Lênin sobre o Estado czarista.

A renovação das reflexões sobre o Estado, destaca Granato, surge a partir dos influxos do pensamento althusseriano e poulantzasiano na América Latina, em especial nas décadas de 1970 e 1980, quando a questão da particularidade do Estado latino-americano foi apresentada. Nesse cenário, surgem os primeiros estudos preocupados em relacionar o Estado com as estruturas socioeconômicas da periferia do capitalismo, em especial com a condição pela qual se constituiu o capitalismo periférico e, por consequência, o Estado latino-americano, qual seja, sua “gênese histórica derivada”. Enquanto o capitalismo surge na Europa e a partir dela se expande, ele aparece de forma derivada na América Latina, articulado a uma forma específica de divisão internacional do trabalho com o objetivo de acumulação de capital nos países centrais. A referida gênese histórica derivada, sob certo aspecto, determinou o destino da região ao propiciar as condições de inserção dependente no mercado mundial e a heterogeneidade estrutural da sociedade latino-americana.

A exportação de matérias-primas e a importação de produtos manufaturados são a base da inserção subordinada das economias periféricas no mercado mundial, o que implica uma dependência econômica para com o capitalismo central e, igualmente, uma vulnerabilidade perante as oscilações do mercado mundial. Em outras palavras, tudo se passa como se a base do sistema produtivo não estivesse integrada apenas pelo território nacional, mas por elementos estrangeiros, alheios aos interesses nacionais, e, por esse motivo, não correspondentes. As determinações do Estado latino-americano levam em consideração uma base socioeconômica alienada, como se não houvesse uma sociedade integralmente própria. Assim como para o jovem Marx o homem moderno era alienado, ou para o Marx da maturidade as

categorias econômicas eram fetichizadas, é possível afirmar que o Estado na América Latina se constitui de uma estrutura heterônoma, que o impede de determinar seu próprio destino de forma autônoma. Além disso, igualmente, a heterogeneidade estrutural das sociedades do continente tem relação direta com a constituição do Estado, pois a mesclagem de arranjos produtivos modernos e tradicionais, o baixo grau de integração econômica territorial e a estrutura social desequilibrada contribuem para a falta de correspondência entre base e superestrutura, ou seja, trata-se de um Estado apartado da sociedade, de uma instância política separada das classes sociais. Não por outro motivo, a pouca coerência orgânica das sociedades latino-americanas é compensada pelo fortalecimento do Estado latino-americano, ou seja, a fragilidade na constituição da hegemonia na sociedade civil exige que Estado capitalista intensifique seu aparelho coercitivo mediante formas autoritárias de governo, como o caudilhismo, o populismo e a ditadura militar — no Brasil, o Poder Moderador durante o período imperial.

O terceiro capítulo do livro, “O Estado latino-americano: perpassar histórico”, tem como objetivo construir uma periodização do Estado capitalista, demonstrando suas origens e correlações de força ao longo das fases colonial, oligárquica, desenvolvimentista e neoliberal. Na fase colonial, destaca Granato, a formação da sociedade latino-americana foi marcada pela dependência e pelo subdesenvolvimento, em razão das características da acumulação primitiva de capital realizada através da exploração do trabalho escravo africano e indígena; por outro lado, a estrutura do modo de produção colonial deu forma a uma fragmentação de classes, a um mosaico populacional composto pela aristocracia, proprietários de terras, comerciantes, classe média urbana e classes populares. Todo esse arranjo socioeconômico se desenvolveu sob a égide do aparelho administrativo colonial, cujo objetivo era controlar a exploração interna, além de garantir a monopolização comercial e a centralização administrativa mediante a ocupação territorial e a aplicação da legislação da metrópole. Mas, apesar do aparelho administrativo colonial, a mudança de regime do capitalismo mercantil para o industrial exerceu pressão comercial sob as colônias, desencadeando processos de independência nacional e inaugurando a fase imperialista do capitalismo.

A fase oligárquica — periodizada entre as independências e a Primeira Guerra Mundial — é caracterizada por Granato como a combinação de instituições coloniais com formas de organização decorrentes da inserção dependente no mercado mundial. Nessa fase, a economia se organiza a partir do modo de acumulação de capital para fora, ou seja, voltado para a exportação de bens primários para o mercado internacional, em benefício de empresas estrangeiras e aliados internacionais oriundos do centro dinâmico do capitalismo. A aliança de grupos e empresas internacionais com o latifúndio era a expressão de uma economia agroexportadora mantida pelo Estado, em que qualquer forma de organização liberal-progressista era neutralizada por meios militares ou pactos e alianças. Assim, o Estado, na fase oligárquica, favorecia o fluxo de bens, capitais e pessoas, além de criar a infraestrutura necessária à exploração da riqueza, não sobrecarregar com impostos a riqueza privada e, por fim, garantir a livre iniciativa empresarial para as classes superiores, ao mesmo tempo que impedia a ascensão da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o Estado desenvolvimentista, do final da Primeira Guerra Mundial até meados dos anos 1950, buscou reverter o tradicional modo de acumulação para fora. Granato destaca que, nesse período — por não haver acumulação primitiva de capital, mas apenas acumulação subsidiária da exportação —, o capital nacional necessário para a indus-

Os rumos da região são incertos. A ascensão de governos de extrema-direita, populistas e neoliberais perpetua a condição de dependência e subdesenvolvimento, e eles utilizam o aparelho de Estado para impedir a formação de uma alternativa popular

rialização foi adquirido mediante a transferência de capital da agricultura e da exportação para a indústria, buscando a substituição de importações. Por outro lado, a mudança da hegemonia do mercado mundial em favor dos Estados Unidos da América impactou a forma de relação entre centro e periferia, pois a relação de troca desigual sob a hegemonia britânica foi substituída pelo controle da produção sob a hegemonia estadunidense. Essa nova correlação de forças reconfigurou as economias latino-americanas, e, na ausência de uma burguesia industrial capaz de conduzir um processo de industrialização, coube ao Estado assumir essa função mediante a criação de estatais com capacidade de conduzir os rumos da acumulação.

Ao mesmo tempo que o Estado conduzia o processo de industrialização, o aparelho de Estado foi reforçado em todos os seus níveis. No Brasil, o Estado Novo e a Constituição de 1937 foram a expressão maior desse período. Coube ao Estado a organização e reprodução do capital, mediante o planejamento da acumulação industrial, além de procurar novos meios de exportação de matérias-primas para o mercado mundial e de, por fim, fornecer apoio jurídico e material à implantação do capital estrangeiro nos países. Somando-se a todos esses eventos, coube ainda ao Estado a neutralização de qualquer movimento popular que pudesse interromper o processo de acumulação. O saldo desse processo foi, segundo Granato, a perda de controle do aparelho produtivo por parte das burguesias locais, ao mesmo tempo que se privilegiava o consumo dos segmentos de elevado poder aquisitivo em detrimento de amplas camadas da população, o que conferiu um caráter estrutural à dependência e desembocou nas ditaduras militares da região.

Apesar do processo de redemocratização nos anos 1990, o projeto de desenvolvimento político-econômico autônomo da região não se efetivou. Ao contrário, a crise capitalista da década de 1970 exigiu um novo regime de acumulação centrado no enfraquecimento da classe trabalhadora, com corte de políticas públicas, ataque aos sindicatos, desregulamentação trabalhista, privatização de empresas estatais, abertura comercial, financeirização, disciplina fiscal e, elemento mais importante, estabilidade financeira — fundada na teoria

econômica marginalista e na teoria política liberal. Por meio dessas medidas, foi implementado o Estado neoliberal, o que, segundo Granato, aprofundou a dependência e o subdesenvolvimento da região. Ainda assim, nos primeiros anos da década de 2000, governos progressistas de centro-esquerda foram eleitos nos países sul-americanos, mas, apesar disso, com a exceção do governo Chávez, não houve rupturas profundas com o modelo neoliberal. A título de exemplo, no caso brasileiro, os governos lulistas mantiveram o chamado tripé macroeconômico — câmbio flutuante, metas de inflação e responsabilidade fiscal —, e, a despeito de seu reformismo fraco e caráter conciliatório, sua continuação foi interrompida pelo processo de impeachment.

Os rumos da região são incertos. A ascensão de governos de extrema-direita, populistas e neoliberais perpetua a condição de dependência e subdesenvolvimento, e eles utilizam o aparelho de Estado para impedir a formação de uma alternativa popular. O Estado capitalista latino-americano permanece marcado pela sua dupla alienação, isto é, por uma heteronomia da estrutura econômica e social, sendo incapaz, portanto, de conduzir um desenvolvimento autônomo da região. Sob essas condições, seu autoritarismo latente pode se revelar necessário, mais uma vez, para a desorganização de qualquer alternativa popular.

O livro de Granato é uma inestimável contribuição ao pensamento político marxista latino-americano. Busca reativar o debate em torno do Estado capitalista na América Latina, há muito esquecido pela ciência política, mas fundamental para o desenvolvimento de alternativas ao capitalismo neoliberal. Seu mérito é fixar os pontos do debate, trazer uma profunda revisão bibliográfica da intelectualidade marxista latino-americana e organizar pesquisas futuras. Trata-se de uma obra incontornável para todos aqueles que buscam aprofundar os estudos sobre o Estado capitalista na América Latina.

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e graduado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor de Direito pela UCS. Membro do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (Nepec-UFRGS/CNPq). *E-mail*: mjrech7@gmail.com

► Texto recebido em 16 de agosto de 2022; aprovado em 22 de setembro de 2022.